

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS A. C. SIMÕES  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

SARAH MARILYA NASCIMENTO PEREIRA

**AS CONTRIBUIÇÕES DOS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS DO BRASIL NAS  
ATIVIDADES DE CONTROLE SOCIAL**

Maceió/AL

2025

SARAH MARILYA NASCIMENTO PEREIRA

**AS CONTRIBUIÇÕES DOS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS DO BRASIL NAS  
ATIVIDADES DE CONTROLE SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ma. Marcia Adriana Magalhães Omena.

Maceió/AL

2025

**Catlogação na Fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

- P436c Pereira, Sarah Marilya Nascimento.  
As contribuições dos observatórios sociais do Brasil nas atividades de controle social / Sarah Marilya Nascimento Pereira. – 2025.  
53 f. : il.
- Orientadora: Marcia Adriana Magalhães Omena.  
Monografia (Trabalho de Conclusão Curso em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Maceió, 2025.
- Bibliografia: f. 50-53.
1. Observatórios Sociais do Brasil. 2. Controle social. 3. Transparência na administração pública. I. Título.

CDU: 35(81)

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**SARAH MARILYA NASCIMENTO PEREIRA**

### **AS CONTRIBUIÇÕES DOS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS DO BRASIL NAS ATIVIDADES DE CONTROLE SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em: 07/04/2025

#### **Banca Examinadora**

Documento assinado digitalmente



MARCIA ADRIANA MAGALHAES OMENA

Data: 08/04/2025 16:04:29-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof<sup>ª</sup>. Ma. Marcia Adriana Magalhães Omena  
Faculdade de Economia Administração e Contabilidade  
Universidade Federal de Alagoas

MARIA LUCIANA DE  
MENEZES  
BANDEIRA:50555502449

Assinado de forma digital por MARIA  
LUCIANA DE MENEZES  
BANDEIRA:50555502449  
Dados: 2025.04.08 16:45:39 -03'00'

---

Prof<sup>ª</sup> Maria Luciana de Menezes Bandeira  
Faculdade de Economia Administração e Contabilidade  
Universidade Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente



ERICA XAVIER DE SOUZA

Data: 08/04/2025 16:19:56-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof<sup>ª</sup>. Ma. Érica Xavier de Souza  
Faculdade de Economia Administração e Contabilidade  
Universidade Federal de Alagoas

Com gratidão, dedico este trabalho a  
Deus. Devo a Ele tudo o que sou.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

Aos meus pais, Joseilma e Wellington, que sempre estiveram ao meu lado, por investirem nos meus estudos e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho.

Ao meu namorado, Matheus, que não soltou a minha mão e me apoiou do início ao fim da Universidade, pelo companheirismo e pela compreensão pelos momentos que precisei estar ausente.

Aos professores, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso.

Às pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica.

Aos meus colegas de turma, por compartilharem comigo tantos momentos de descobertas e aprendizado e por todo o companheirismo ao longo deste percurso.

À instituição de ensino UFAL, essencial no meu processo de formação profissional, pela dedicação, e por tudo o que aprendi ao longo dos anos do curso.

“Inteligência financeira é uma sinergia entre contabilidade, investimento, marketing e direito. Combine essas quatro habilidades técnicas e ganhar dinheiro, com dinheiro será mais fácil. Quando se fala de dinheiro a única habilidade que a maioria das pessoas conhece é trabalhar mais”.

Elton Moura Cândido

## RESUMO

O acompanhamento dos gastos públicos pela sociedade está presente na Constituição Federal. Os observatórios sociais são entidades que contribuem e atuam com a gestão pública dos estados brasileiros combatendo os atos ilícitos e disseminando acesso as informações. Logo, o objetivo geral é identificar as contribuições dos Observatórios Sociais do Brasil (OSB) nas atividades de controle social. Quanto à metodologia sucedeu-se em abordagem qualitativa e a pesquisa investigativa de caráter bibliográfico em torno do tema, o qual foi tratado de maneira reflexiva e crítica. De acordo com o que foi analisado o OSB monitora de forma dinâmica e sistemática, o desempenho do setor específico de governo, tornando relevante registrar, coletar, interpretar e acompanhar informações, produzindo indicadores que consistem na transparência e monitoramento da gestão pública. Assim, conclui-se que, a atuação dos OBS contribui com a gestão dos recursos públicos, trazendo a qualidade dos serviços da administração pública, permitindo que os cidadãos tenham a participação na gestão, a qual se refere ao monitoramento, fiscalização e controle social.

**Palavras-chave:** Observatórios Sociais do Brasil; controle social; transparência.



## **ABSTRACT**

The monitoring of public spending by society is present in the Federal Constitution. Social observatories are entities that generate and work with the public management of Brazilian states, combating illicit acts and disseminating access to information. Therefore, the general objective is to identify the contributions of the Brazilian Social Observatories (OSB) in social control activities. As for the methodology, it takes place in a qualitative approach and investigative research of a bibliographic nature around the topic, which was treated in a reflective and critical manner. According to what was analyzed, the OSB dynamically and systematically monitors the performance of the specific government sector, making it relevant to record, collect, interpret and monitor information, producing indicators that consist of transparency and monitoring of public management. Thus, it is concluded that the OBS's activities contribute to the management of public resources, bringing the quality of public administration services, allowing citizens to participate in management, which refers to monitoring, inspection and social control.

Keywords: Social Observatories of Brazil; social control; transparency.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura do trabalho	18
Figura 2 – Mapa sistemático do OSB	26

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Monitoramento de licitações

34

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Lista dos OS da comunidade Ibero-americana	21
Quadro 2: Os 11 estados com OSB com 86 cidades	24
Quadro 3: Valores, missão, visão, objetivos e atuação do Observatório Social do Brasil	26
Quadro 4: OSB de Mato Grosso, em 2024	31
Quadro 5: OSB de Tocantins, em 2024	32
Quadro 6: OSB da Bahia, em 2024	33
Quadro 7: OSB de Mato Grosso do Sul, em 2024	34
Quadro 8: OSB do Distrito Federal, em 2024	35
Quadro 9: OSB de Minas Gerais, em 2024	37
Quadro 10: OSB de São Paulo, em 2024	38
Quadro 11: OSB de Rio de Janeiro, em 2024	39
Quadro 12: OSB de Paraná, em 2024	40
Quadro 13: OSB do Brasil, em 2024	41
Quadro 14: Projetos do OSB de alguns estados brasileiros, em 2024	42

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CGU	Controladoria Geral da União
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
LAI	Lei de Acesso a Informação
LT	Lei de Transparência
OBSERVA	Observatório de Ambiente, Território e Sociedade
OE	Observatório do Envelhecimento
OFAP	Observatório das Famílias e das Políticas de Família
ONU	Organização das Nações Unidas
OPJ	Observatório Permanente da Juventude
OQD	Observatório da Qualidade da Democracia
OSB	Observatórios Sociais no Brasil
OS	Observatórios Sociais
UE	União Europeia
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>1.1. Objetivos</b>	<b>15</b>
1.1.1. Geral	15
1.1.2. Específicos	15
<b>1.2. Justificativa</b>	<b>15</b>
<b>1.3. Organização do Trabalho</b>	<b>16</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>17</b>
<b>2.1. Legislação x Controle social</b>	<b>17</b>
<b>2.2. Controle social e suas características</b>	<b>19</b>
<b>2.3. Observatórios sociais</b>	<b>20</b>
<b>2.4. Observatórios sociais do Brasil</b>	<b>23</b>
<b>3. METODOLOGIA</b>	<b>28</b>
<b>4. ANÁLISE E RESULTADOS</b>	<b>30</b>
<b>4.1. OSB x Licitações</b>	<b>30</b>
<b>4.2. Atuações dos OSB dos estados do Brasil</b>	<b>31</b>
<b>4.3. Ações comuns dos OSB dos estados do Brasil</b>	<b>41</b>
<b>4.4. Dificuldades dos OSB</b>	<b>42</b>
<b>5. CONCLUSÃO</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>47</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O controle social é definido como uma participação da sociedade na administração pública, para fins de fiscalizar e acompanhar as ações de Governo, objetivando a solução das complexidades, bem como, assegurar a manutenção dos serviços de atendimento ao cidadão que, por sua vez, verifica as atuações da gestão pública quando se refere à execução das políticas públicas, avaliação dos objetivos, processos e resultados.

As subdivisões do controle social têm como suas dimensões compostas por áreas de existência, nas quais está a política (mobilização da sociedade), técnica (monitoramento social) e ética (construção de novos valores ou referências). Quanto aos tipos, tem-se a forma direta, que não há mediação ou envolvimento de instituições públicas ou entidades entre o governo e a população. E a indireta quando é mediada pelos instrumentos públicos (OSB, 2024).

Os Observatórios Sociais no Brasil acompanham as aquisições tanto de serviços quanto de produtos pelo setor público desde a publicação até o seu efetivo recebimento e pagamento.

Os OSB também possuem suas perspectivas e desafios. O conhecimento sobre as questões políticas públicas estabelece a necessidade de fiscalizar, logo, estes observatórios poderão contribuir nas tomadas de decisões como uma participação ativa não governamental que pode melhorar e qualificar a gestão pública (De Bona; Boeira, 2018).

O objetivo dos OSB é promover a conscientização da sociedade para a cidadania fiscal, propondo aos governos locais a transparência e a adequação da gestão com os recursos públicos, por meio de ações de controle social e participação (OSB, 2024).

O trabalho social está relacionado ao controle social através da intervenção do Estado em face dos conflitos sociais e políticos, o qual foi criado pela participação ativa dos líderes locais, de forma voluntária para fins de disseminar os mecanismos de controle da transparência e qualidade da aplicabilidade dos recursos públicos, que são difundidos pela OSB (Alves, 2024).

Portanto, a questão problema desta pesquisa é: quais as contribuições dos Observatórios Sociais do Brasil nas atividades de controle social?

## 1.1. OBJETIVOS

### 1.1.1. Geral

Identificar as contribuições dos Observatórios Sociais do Brasil nas atividades de controle social.

### 1.1.2. Específicos

- Abordar sobre a legalidade e as formas de controle social no Brasil;
- Verificar a atuação dos OSB quanto ao acompanhamento e fiscalização dos recursos;
- Examinar a metodologia e caracterização dos Observatórios Sociais do Brasil;
- Trazer resultados das atuações dos Observatórios Sociais do Brasil.

## 1.2. JUSTIFICATIVA

A escolha do tema se concentrou na relação entre os OSB e o controle social, trazendo conteúdos e resultados da pesquisa por meio de publicações que despertaram interesse e motivação para abordar este assunto relevante, que contribui para a sociedade, promovendo ações importantes realizadas por colaboradores.

Os Observatórios Sociais no Brasil se estabelecem como estrutura administrativa que tem por objetivo instituir, elaborar e acompanhar políticas e programas, de forma integrada, ampliando e consolidando a relação entre a sociedade. Logo, este assunto estabelece uma integração de práticas e conhecimentos voltados ao entendimento de problemas e resolução social e econômica.

Corroborando com este entendimento, Marcondes *et. al.* (2022), os OSB trazem resultados que revelam o interesse central da produção do conhecimento ao bem público, os quais têm seus membros aliados na contribuição das ações de transformação social, dentro de uma linguagem que estabelece debates que incluem uma tradução mediada de esforços entre o indivíduo e o conteúdo das políticas públicas de uma gestão.



Magalhães (2023) considera os OSB como ações promovidas pelas boas práticas do controle social e bem público, mostrando assim, uma grande relevância de atuações na maioria dos estados brasileiros, contribuindo na redução de despesas públicas e tomadas de decisões. Analisando ainda que, este espaço consiste no exercício da cidadania, e está sendo integrado por cidadãos brasileiros, voluntariamente, em favor da qualidade na aplicação dos recursos públicos e transparência, a qual possui uma finalidade de promover por meio de uma gestão pública, fiscalizações que reduzem despesas desnecessárias.

Este estudo irá contribuir demonstrando a capacidade de pesquisar sobre os OBS e o controle social, o qual estabelecerá como porta de entrada para os pesquisadores e acadêmicos, ou ainda, para quem tem o interesse acerca deste conteúdo, pois, este TCC também se torna um caminho de informações relevantes para a carreira acadêmica, principalmente para alguns cursos de graduação.

### 1.3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho está estruturado com as formas de evidências utilizadas para as discussões acerca do OSB e o controle social. No capítulo introdutório foi apresentada uma contextualização, que vem seguido do problema de pesquisa relacionado ao tema. Em seguida têm-se as justificativas do estudo, objetivo geral e específico explorado. Em segundo vem à fundamentação teórica, apresentada e exposta sobre a Legislação x Controle social e o conceito de Controle social, bem como, os OSB no Brasil.

Em seguida, o terceiro tópico do capítulo apresentou a metodologia escolhida para o desenvolvimento deste trabalho. O quarto foca nos resultados, apresentando ações importantes para melhor entendimento. E por fim, é dissertado sobre as considerações finais. A figura 1, a seguir, apresenta o fluxo da estrutura do trabalho:



**Fonte:** Autor (2025).

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse ponto são abordados os conceitos necessários para a fundamentação teórica da pesquisa, tais como: Legislação x Controle Social, Conceito do Controle Social, Observatórios Sociais e Observatórios Sociais do Brasil.

### 2.1. LEGISLAÇÃO X CONTROLE SOCIAL

Nos meados de 2008, no Brasil, foi criada uma organização chamada OSB, para fins de estimular os cidadãos, dando suporte com um modelo padrão que induziu, potencializou e dinamizou, por meio de parcerias, uma sociedade organizada em cada esfera do país, implantando e mantendo esta instituição diferenciada para tratar das questões referentes ao controle social (Di Marco; Terci, 2020).

De acordo com Silva *et. al.* (2015), a Constituição Federal de 1988, consolidou os direitos, prevendo diversos dispositivos, estabelecendo, portanto, a participação do cidadão na implementação, formulação e controle social das políticas públicas, que estão apresentadas principalmente nos artigos 198, 204 e 206 da Carta Magna, que deu origem à criação de conselhos de políticas públicas no âmbito de assistência social, educação e saúde, nos três níveis de governo, provocando experiências que são multiplicadas em outros níveis governamentais e áreas temáticas.

A regulamentação da transparência surge como uma medida de governança no âmbito de prevenção da corrupção e controle social, que contém dispositivos que permitem à sociedade verificar a conformidade das atividades dos Estados.

Ao analisar a atuação dos estados na exploração dos exercícios econômicos, defronta-se em um cenário dicotômico, envolvendo o sigilo e a transparência estatal, que por um lado estabelece o viés público, insurgindo no dever e necessidade da promoção de ações de transparência, enquanto, do outro lado, tem uma linha de atuação no setor econômico, visando questões sigilosas e protetivas dos seus atos em consequência dessas práticas desenvolvidas (Souza; Blanchet; Rios, 2023).

Da mesma maneira que existem leis trabalhistas que visam proteger os trabalhadores, garantindo seus direitos e a justiça social, existem normas, intervenção estatal, que regulam as atividades empresariais, tendo como objetivo controlar e limitar a concentração do poder econômico.

O direito social garante a igualdade e os direitos dos trabalhadores, enquanto a intervenção estatal regula e controla as atividades econômicas realizadas pelas empresas, permitindo a participação de outros empreendedores em segmentos onde a economia financeira é dominante, mantendo o equilíbrio do mercado. (Carrá; Lemos, 2024).

Para tanto, “a transparência sempre foi uma complexidade da gestão pública nas variadas esferas do poder no Brasil, dificultando o exercício do controle social e o acesso às informações” (Pinho; Sacramento, 2009 *apud* Di Marco; Terci, 2020, p. 314).

A partir de 2009, sobretudo, as medidas regulatórias e legais buscaram institucionalizar a transparência pública, uma vez que, prover a sociedade de ferramentas que lhe assegurem os dados necessários para poder aperfeiçoar sua avaliação não somente na questão de resultados da gestão, como também nas ações governamentais, isto é, meios e fins (Di Marco; Terci, 2020).

Diante disso, para trazer garantia no princípio da publicidade previsto no art. 37 do CF/88 e realizar a transparência, tornou-se preciso editar duas leis complementares, no intuito de modernizar as estruturas de apresentação informativas, que neste caso, tem-se a Lei Federal Complementar 131, de 27 de maio de 2009 (Lei de Transparência - LT); e a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso a Informação - LAI).

Conforme Souza; Blanchet; Rios (2023, p. 68),” o controle social, transparência e os dados abertos compõem a legitimidade dos processos de governança Estatal, com a abertura de diálogo com a sociedade civil e a participação desta nas decisões políticas”, onde os resultados apontam para o amadurecimento dos gestores públicos, quando se refere a participação da população em todo esse contexto.

Dessa forma, pode-se dizer que o marco regulatório para o acesso à informação e a transparência no Brasil, consistiram na normativa respaldada no princípio da publicidade, garantindo aos cidadãos conhecer os direitos dos atos da gestão pública, além da compreensão informativa que tem caráter educativo ou de orientação social. Com isso, observa-se que esta norma assegura o dever do estado na garantia das condições necessárias que envolvem o pleno conhecimento da questão do controle social e a participação da sociedade (Di Marco; Terci, 2020).

## 2.2. CONTROLE SOCIAL E SUAS CARACTERÍSTICAS

Definindo o controle social, é um direito humano constitucional, que foi conquistado por meio de luta incessante da humanidade, o qual é realizado de forma coletiva ou individual, mediante instituições juridicamente organizadas, que se colocam à disposição para vigiar, fiscalizar e obter informações sobre algo (Miranda, 2021).

Isso significa que, constitui como uma participação da sociedade na fiscalização ou monitoramento da administração pública e nas ações de governo, para fins de solucionar os problemas, assegurado por meio de manutenção dos serviços de atendimento ao cidadão (Miranda, 2021).

Correia (2009) define como controle social, pela participação da sociedade na administração pública, para fins de acompanhamento e fiscalização das ações de governo, com o objetivo de solucionar as complexidades e assegurar a manutenção das atividades de atendimento ao cidadão.

O controle social manifesta-se por duas direções, envolvendo tanto a manutenção sobre a própria sociedade, quanto às análises das práticas estatais pela população. Pode-se dizer que, é ambíguo, devido sua concepção que envolve o Estado e sociedade civil, consistindo num modelo de ações de políticas públicas e gestão (Rodrigues; Oliveira; Oliveira, 2024).

Na mesma direção, Miranda (2021, p. 13) argumenta que é dinâmico, quando parte para os instrumentos do controle social, os quais estão o “acesso à informação e transparência pública; audiência; novas tecnologias de informação comunicação; conferência de políticas públicas; conselho; ouvidoria pública”, cabendo ressaltar sobre a existência de outras ferramentas institucionalizadas que cumprem o seu papel de promovê-lo.

Estabelecendo sua origem na sociologia, a expressão controle social vem sendo empregada para designar os instrumentos que consistem na ordem social, disciplinando a sociedade e expondo os indivíduos a determinados princípios morais e padrões sociais. Para isso, são utilizados métodos formais e informais que influenciam o comportamento dos indivíduos, assegurando sua conformidade e, assim, preservando a ordem social (Correia, 2009).

Há de salientar que existem duas modalidades de transparência pública, segundo Miranda (2021), a passiva e a ativa.

A transparência passiva é uma modalidade pela qual as informações públicas passam a ser disponibilizadas, a partir das solicitações de acesso aos dados realizados pelos cidadãos ao poder público. Exemplificando, as informações solicitadas pelos formulários físicos ou eletrônicos, direcionados aos órgãos e entidades específicas e respondidos de maneira direta ao solicitante. (Miranda, 2021)

Já a transparência ativa é uma modalidade onde as informações públicas são solicitadas de maneira prévia e disponibilizadas ativamente pelo poder público, exemplificando os dados elencados na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na Lei Complementar nº 131/2009 e no seu art. 8º da própria LAI. Além disso, suas maiores expressões consistem num conjunto de dados e informações disponibilizados nos portais governamentais e de transparência ou dados abertos, e nas cartas de serviços ao cidadão (Miranda, 2021).

### 2.3. OBSERVATÓRIOS SOCIAIS

Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), prevê em seu art. 19, que todos têm direito à liberdade de expressão e opinião, incluindo as maneiras de expressar suas opiniões sem interferência de receber, buscar e transmitir ideias e informações. Visando à busca e a transmissão de dados à sociedade, surgiram os Observatórios Sociais (OS) na Europa Ocidental e nos Estados Unidos durante o século 20 na década de 80 e 90 (Goulart; Troian; Quispe, 2020).

A partir desse tempo, o termo OS passou a ser utilizado para a divulgação e produção de informações nas mais variadas áreas, para fins de instrumentalizar a participação da sociedade com a informação. Há diversos tipos de observatórios, que estabelecem iniciativas com autonomia, objetivando o monitoramento das políticas públicas e complexidades sociais, por meio de disseminação, produção e tradução de dados relacionados às questões sociais (Pérez, 2021).

Nas últimas décadas, vários países implantaram reformas no intuito de descentralizar suas economias, as quais passaram a ser transferida para as autoridades fiscais do governo central para os demais governantes subnacionais, visando promover a autonomia administrativa e fiscal em níveis locais que, por sua vez, serviria para possibilitar a alocação de recursos públicos mais alinhados com as necessidades regionais e a própria realidade local (Krakowiak; Seixas, 2022).

A associação dos observatórios insere uma abrangência, quando se refere à gramática de participação social no plano nacional, internacional e subnacional, por remeter um cenário político-econômico, que envolve um conjunto de fatores, como a intensificação das relações intergovernamentais, entre outros governos e sociedade civil, que estabelece como requisito, as reformas do Estado. (Marcondes, 2022).

A transparência possibilita ao cidadão análise da gestão pública, o acompanhamento de suas operações. Com isso, resulta num país transparente que passa a reduzir os desvios de verbas, proporcionando o cumprimento das políticas públicas, que passa a beneficiar a imagem do país e as políticas externas da sociedade (Zanetti; Bonzanini; Ferreira, 2020).

Ainda segundo Marcondes (2022), o uso de informações consistido numa ação social, torna-se uma estratégia que serve para articular as redes internacionais que, por sua vez, são estabelecidos em compromissos, envolvendo objetivos e metas para enfrentamento da pobreza e das desigualdades demandados por monitoramento. Já a outra questão, é a difusão e a ampliação dos recursos digitais e *Internet*, que beneficiam as estratégias de comunicação e a ação em redes.

O quadro 1 apresenta uma relação das OS dos países da Comunidade Ibero-americana. O primeiro OS foi criado em 1984 na Colômbia, já o mais recente foi em 2016 no Peru.

**Quadro 1 - Lista dos OS da comunidade Ibero-americana**

Argentina	Observatório Social, 1999
Bolívia	<i>Observatorio de Paridad Democrática, 2013</i>
Brasil	<i>Observatório das Metrôpoles, 2008</i>
Chile	<i>Observatorio del Proceso Constituyente en Chile, 2021</i>
Colômbia	<i>Observatorio de la Democracia, 1984</i>
Costa Rica	<i>Observatorio de la Violencia, 2008</i>
Equador	<i>Observatorio Social del Ecuador, 2002</i>
El Salvador	<i>Observatorio de Recursos Humanos en Salud de El Salvador, 2009</i>
Espanha	<i>Observatorio Social de España, 1997</i>
Guatemala	<i>Observatorio de salud reproductiva, 2004</i>
Honduras	Observatório Nacional de Cambio Climático para <i>el Desarrollo Sostenible, 2001</i>
México	<i>El Observatorio Económico de México, 2002</i>
Nicarágua	Observatório de <i>Derechos Humanos y Autonómicos, 1987</i>

Panamá	Observatorio para el Seguimiento de los ODS, 1993
Paraguai	Observa Violência de Género, 2006
Peru	Observatorio Nacional de <i>la Violencia contra las Mujeres y los Integrantes del Grupo Familiar</i> , 2016
Portugal	Observatório: Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, 2006
República Dominicana	Observatório Político Dominicano, 2003
Uruguai	Observatório de <i>Seguridad Social</i> , 2015
Venezuela	Observatório <i>Venezolano de Conflictividad Social</i> , 2006

Fonte: Pérez (2021, p. 93-94).

Observando a Lista dos OSB da Comunidade Ibero-americana, nota-se a importância destes na luta da igualdade social. Delicado; Ferrão (2024), explica que, Portugal, por exemplo, sempre tem mudanças que se destina a um público não especialista, disponibilizando informações organizadas e ilustradas por meio de gráficos e mapas, que analiticamente, são enquadrados e criticamente comentados.

Este país ainda contém o ICS-ULisboa, observatórios que confrontam algumas áreas sociais, os quais estão o Observatório da Qualidade da Democracia (OQD); Observatório das Famílias e das Políticas de Família (OFAP); Observatório de Ambiente, Território e Sociedade (OBSERVA); Observatório do Envelhecimento (OE); Observatório Permanente da Juventude (OPJ), (Delicado; Ferrão, 2024) .

Observando as instituições internacionais que financiam os OS, tem-se, por exemplo a presença da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional em três países: Colômbia, Costa Rica e Guatemala. Além do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), apoiando os observatórios do Equador, Costa Rica e União Europeia (UE) junto a alguns programas da Organização de Nações Unidas (ONU), que também apoiam os da Venezuela e Paraguai (Pérez, 2021).

Os auxílios econômicos prestados pelas organizações internacionais são bastante significativos em seus panoramas que fazem supor um interesse aos seus órgãos com projetos que impactam socialmente, a comunidade ibero-americana, trazendo um compromisso que pode fomentar a visibilidade internacional. De forma geral, percebe-se que a variedade desses processos desenvolvidos pelo OS em cada país pode ter relação com a quantidade de membros envolvidos, financiamentos e objetivos traçados conforme cada caso (Goulart; Troian; Quispe, 2020).

Segundo Pérez (2021, p. 208), os OS “fornecem uma gama ampla e diversa de serviços de informação que são resultado de seus processos de monitoramento informacional”, o qual é formado por profissionais, empresários, professores, funcionários públicos, estudantes e cidadãos voluntários, que queiram integrar para uma causa da justiça social.

Portanto, ao analisar os estudos dos OS da comunidade Ibero-americana, constata-se que esses organismos seguem uma linha de atuação voltada para as iniciativas dos voluntários, que estão alinhadas aos objetivos propostos, influenciando a democracia e a transparência nos países participantes. Estes são compostos por um grupo de 22 territórios internacionais da América Latina e Península Ibérica, que compartilham o compromisso com um futuro democrático e sem fins lucrativos.

#### 2.4. OBSERVATÓRIOS SOCIAIS DO BRASIL

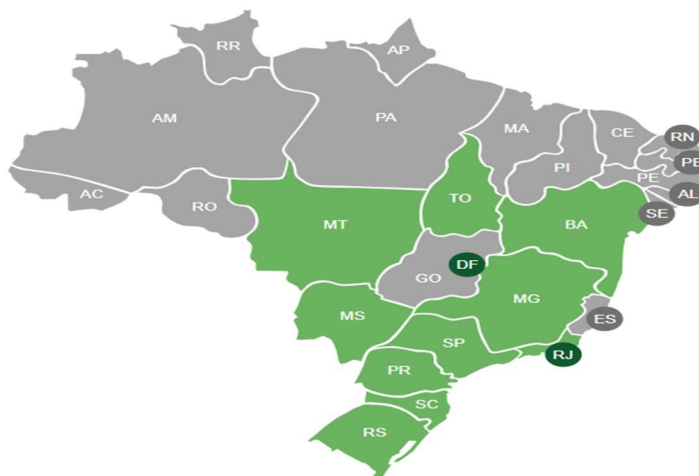
Os Observatórios Sociais do Brasil (OSB), iniciaram-se na década de 90, o qual foi promulgado pela Constituição Federal de 1988, consolidando movimentos que influenciaram o seu desenvolvimento sobre políticas públicas. Também conhecido por *accountability*, que dá um significado em inglês, seu conceito envolve literalmente palavras que definem o controle, responsabilidade, transparência e obrigação, ambos relacionados à prestação de contas (Magalhães, 2023).

O primeiro observatório no Brasil, foi na cidade de Maringá, onde promoveu um espaço apartidário e democrático destinado ao exercício da cidadania, no intuito de contribuir para a melhoria da gestão pública, que trouxe diversos resultados na economia do país, por meio de intervenções pontuais (Zanetti; Bonzanini; Ferreira, 2020).

A figura 2, apresenta um mapa sistemático do OSB no Brasil:

**Figura 2** - Mapa sistemático do OSB





Fonte: OSB (2024).

Nota-se que, no Brasil, há 11 estados com OSB e nestes estados um total de 86 cidades que já estão com seus observatórios em funcionamento (OSB, 2024). O quadro 2, apresenta a relação destes municípios por estado da federação:

**Quadro 2:** Listagem dos 11 estados com OSB com 86 cidades

Estado	Cidades com OSB
<b>Mato Grosso</b>	Cáceres.
<b>Tocantins</b>	Palmas.
<b>Bahia</b>	Barreiras; Cairu; Porto Seguro; S. Antônio de Jesus.
<b>Mato Grosso do Sul</b>	Campo Grande.
<b>Minas Gerais</b>	Divinópolis; Itabira; Machado; Pará de Minas; Paracatu; Patos de Minas; Sete Lagoas; Três pontas; Uberlândia.
<b>Rio de Janeiro</b>	Barra Mansa; São Pedro da Aldeia; Teresópolis.
<b>São Paulo</b>	Americana; Araçatuba; Franca; Limeira; Ourinhos; Pindamonhangaba; Ribeirão Preto; São Caetano do Sul; São José do Rio Preto; São Paulo; Sorocaba.
<b>Paraná</b>	Arapongas; Araruna; Assis Chateaubriand; Campo Mourão; Cascavel; Foz do Iguaçu; Francisco Beltrão; Goioerê; Irati; Jandaia do Sul; Laranjeiras do Sul; Mandaguari; Marechal Cândido Rondon; Matinhos; Medianeira; Palotina; Paranaguá; Paranaíba; Pato Branco; São José dos Pinhais; São Mateus do Sul; Campos Gerais; Toledo.
<b>Santa Catarina</b>	Balneário Camboriú; Blumenau; Brusque; Caçador; Chapecó; Criciúma; Florianópolis; Imbituba; Indaial; Itajaí; Jaguaruna; Joinville; Lages; Morro da Fumaça; Pinhalzinho; Pomerode; Rio do Sul; Rio Negrinho; Timbó; Tubarão.

<b>Rio Grande do Sul</b>	Bento Gonçalves; Cachoeirinha; Carazinho; Caxias do Sul; Erechim; Farroupilha; Gravataí/Glorinha; Guaíba; Santa Maria; São Leopoldo.
<b>Distrito Federal</b>	Brasília.

**Fonte:** Elaborado pelo Autor, OSB (2024).

Sabe-se que o OSB é um espaço direcionado ao exercício da cidadania, que deve ser apartidário e democrático, onde reúne um maior número possível de instituições representativas da sociedade no Brasil (OSB, 2024).

Diante disso, tem-se que o objetivo do OSB é contribuir para a melhoria da gestão pública, integrando os cidadãos brasileiros, auxiliando na transformação de seu direito à indignação em atitudes concretas, tais como, qualidade na aplicação dos recursos públicos e transparência, os quais estão profissionais, empresários, professores, funcionários públicos, com exceção dos integrantes da esfera que atuam em algum observatório específico e outros que, voluntariamente, entregam-se por uma causa de justiça social (OSB, 2024).

Além disso, o OSB atua como pessoa jurídica, formando uma associação, onde cada um prima pelo trabalho técnico, realizando o uso de uma metodologia que estabelece monitoramento das compras públicas em nível municipal, que vão desde a publicação do edital de licitação até o acompanhamento da entrega do serviço ou produto, uma vez que, age preventivamente no controle social da maioria dos gastos públicos, atuando frente à educação fiscal, na inserção da micro e pequena empresa nos processos licitatórios, e na construção de indicadores da gestão pública (OSB, 2024).

A educação fiscal, é um processo produtivo que tem para devido fins à construção de uma consciência voltada para o exercício da cidadania, no intuito de possibilitar a participação do cidadão no aperfeiçoamento e funcionamento dos mecanismos de controle fiscal e social do Estado. Em relação à inserção das micro e pequenas empresas nos processos licitatórios, contribui na redução da informalidade, geração de emprego, aumento da concorrência, melhoramento da qualidade e preço das compras públicas.

Já a construção de indicadores da gestão pública, estabelece como base a execução dos indicadores sociais dos municípios e orçamentária, realizando um comparativo com outras cidades que consiste no mesmo porte, onde a cada quatro meses realiza a prestação de contas das suas atividades para a sociedade (OSB, 2024).

De acordo com Goulart; Troian; Quispe (2020, p. 115), “as análises das ações financeiras realizadas pelos Observatórios Sociais do Brasil, evidenciam que as atividades giram em torno do acompanhamento das licitações”, da disseminação do controle social por meio de palestras, reuniões com os agentes públicos, capacitações e cursos. Tudo isso é uma forma de responsabilizar e avaliar os indivíduos portadores de cargos públicos, que ocupa o uso do poder conferido pelos cidadãos, além de oportunizar a interação entre os gestores e cidadãos.

O quadro 3 apresenta os valores, missão, visão, objetivos e atuação do OSB:

**Quadro 3** - Valores, missão, visão, objetivos e atuação do Observatório Social do Brasil

VALORES	Apartidarismo; cidadania; comprometimento com a justiça social; atitude ética, técnica e proativa; ação preventiva e visão de longo prazo.
MISSÃO	Despertar o espírito de Cidadania Fiscal na sociedade organizada, tornando-a proativa, através do seu próprio Observatório Social, exercendo a vigilância social na sua comunidade, integrando a Rede de Observatório Social do Brasil.
VISÃO	Ser uma rede nacional propulsora do controle social para o aprimoramento da gestão pública e integridade empresarial.
OBJETIVOS	Fomentar e apoiar a consolidação da Rede OSB de Controle Social, a partir da padronização dos procedimentos de monitoramento e controle da gestão pública, além da disseminação de ferramentas de educação fiscal e de inserção da micro e pequena empresa no rol de fornecedores das prefeituras municipais.
OBJETIVOS DE ATUAÇÃO	As ações de educação para a cidadania fiscal e controle social focadas no presente serão objeto de atuação do OS, atuando preventivamente, em tempo real, contribuindo para a eficiência da gestão pública, por meio da vigilância social da execução orçamentária, em sinergia com os órgãos oficiais controladores.

**Fonte:** Adaptado do Portal Oficial do Observatório Social do Brasil *apud* Zanetti; Bonzanini; Ferreira, (2020, p. 18).

O OSB é apoiado pelo programa de voluntariado da classe contábil, sendo este um espaço para o exercício da cidadania, que integra cidadãos voluntários do Brasil, em favor da qualidade na aplicação dos recursos públicos e da transparência do país, com o objetivo de promover a educação fiscal e a cidadania, por meio da promoção da gestão fiscal, com fiscalização reduzindo os recursos públicos e as despesas desnecessárias (Magalhães, 2023).

O termo 'Observatório Social', reflete na percepção de que o conhecimento é impulsionador fundamental do desenvolvimento cultural, político e econômico no

Brasil, além de ser uma matéria-prima para políticas públicas e decisões. Os OSB, originalmente, estão associados à observação de fiscalização de recursos governamentais, as quais evoluem para estudar e compreender dinâmicas em diversos contextos que estabelecem como resposta para a sociedade que, por sua vez, vive em crescente demanda de informação que estão estruturadas em cenários sociais no país (Albuquerque *et. al.*, 2024).

O Brasil é um país emergente considerado como um dos mais descentralizados do mundo, logo, a corrupção é sistêmica em todo país. Anualmente, alguns relatórios da Controladoria Geral da União (CGU) apontam que milhares de casos de corrupção, envolvendo desvio de fundos, licitações fraudadas, superfaturadas ou notas fiscais falsas, dentre outros, foram visivelmente expostos em todo território nacional (Krakowiak; Seixas, 2022).

Embora, esses casos tenham pouca visibilidade na sociedade, nota-se que sua quantidade de exposição, mostra uma disseminação de cultura que está ligada a corrupção e a ineficiência das burocracias locais, resultando em sérias complexidades fiscais nas quais se destacam pelos gastos excessivos e, com isso, a estrutura administrativa dos mais variados órgãos governamentais, passa a ter um comprometimento de grande parte das receitas e a escassez de recursos para os investimentos (Krakowiak; Seixas, 2022).

Além do mais, pode haver um desequilíbrio que compromete não apenas o desenvolvimento econômico e social ao nível local e, sim, o crescimento do país como um todo (Krakowiak; Seixas, 2022).

O OSB é associado a uma produção de informações que constitui num debate público, envolvendo uma diversidade de concepções, que desafia a sistematização do conhecimento, de acordo os apontamentos da revisão da literatura efetuada por Marcondes (2022), que estabelece sobre o despeito desse assunto, consistindo como um denominador comum que está alinhado aos demais observatórios do uso de informações para a tomada de decisões e produção, podendo este contribuir para qualificar a gestão pública, controle social e participação.

Segundo Sidney Bittencourt (2012, p.17), a Licitação está relacionada à aplicação dos recursos públicos de maneira correta e honesta, sendo necessário demonstrar a transparência, no que se refere à utilização dos recursos, quando efetuado as compras de bens ou serviços. Assim sendo, deve ser realizado conforme rege os princípios norteadores da administração pública.

### 3 METODOLOGIA

Esta parte do trabalho aborda sobre os procedimentos metodológicos utilizados no estudo, buscando responder ao problema da pesquisa.

Diante disso, pode-se enquadrar este estudo como descritivo, por constituir como um método onde as informações são mais específicas e detalhadas, descrevendo e aprofundando acerca da realidade dos OSB e o controle social.

O presente estudo, também, consiste numa pesquisa investigativa de caráter bibliográfico em torno do tema, “as contribuições dos observatórios sociais do Brasil nas atividades de controle social”, o qual será tratado de maneira reflexiva e crítica, de acordo com as fontes adotadas.

Sob essa perspectiva, o desenvolvimento metodológico se deu mediante a adoção do método dedutivo. Para tanto, “a racionalização ou a combinação de ideias em sentido interpretativo têm mais valor que a experimentação caso a caso, ou seja, utiliza-se a dedução, raciocínio que caminha do geral para o particular” (Kauark; Manhães; Medeiros, 2010, p. 67).

Além disso, este estudo tem uma abordagem qualitativa, através da tabulação dos dados coletados durante o processo de realização do estudo. Dessa forma, os argumentos apresentados à discussão resultaram do diálogo entre a proposta temática, sua problemática e hipótese, bem como a literatura adotada para servir de referencial teórico.

Conforme Kauark; Manhães; Medeiros (2010), a abordagem qualitativa constitui uma relação entre o sujeito e o mundo real, vinculando, indissociavelmente, entre a subjetividade e o objetivo do indivíduo que não pode ser traduzido em números. Considerando esses aspectos, a atribuição de significados e a interpretação dos fenômenos são básicas no processo desse tipo de pesquisa.

A importância de conhecer o tipo da pesquisa está na necessidade da definição das ferramentas e procedimentos que um pesquisador precisa para utilizar no processo da sua investigação. Segundo Kauark; Manhães; Medeiros (2010, p. 25), explicam que “na sua forma metodológica de estratégias investigativas. Mas é preciso que o pesquisador saiba usar os instrumentos adequados para encontrar respostas ao problema que ele tenha levantado”.

A pesquisa sucedeu-se de forma secundária, segundo Carvalho *et. al.* (2019), este tipo de pesquisa analisa as fontes que carregam interpretações de outros

autores, que constitui como um estudo bibliográfico e documental que pode levar a outras novas abordagens.

A amostra foi do tipo não probabilístico, trazendo critérios de inclusão teórica composto por publicações de 2015 a 2024. Na questão de exclusão foram incluídos temas que não estavam coerentes com o assunto abordado.

A coleta de dados para o estudo foi realizada por meio da plataforma do *Google* acadêmico, o qual ofereceu artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, teses e revistas, bem como, as pesquisas também foram feitas no site do OSB.

## 4 ANÁLISE E RESULTADOS

No intuito de analisar as contribuições dos OSB para o controle social foram realizados levantamentos bibliográficos e documentais, dentro de um contexto que envolve os argumentos teóricos para fins discursivos.

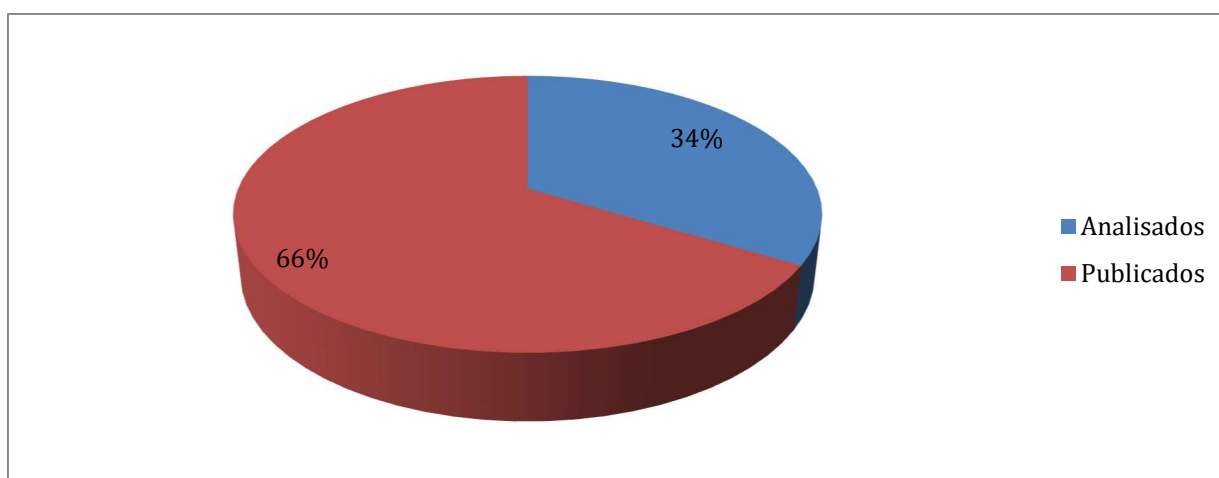
### 4.1 OSB x Licitações

Neste estudo, buscou-se analisar a atuação dos OSBs nos estados brasileiros. No que se refere as questões relacionadas às licitações objetivou-se compreender como esses organismos interagem com o processo licitatório, verificando se as práticas de transparência e controle social promovidas pelos OSB influenciam a conformidade e a integridade das licitações nos diferentes estados.

De acordo com OSB do Brasil, 66% (346) das licitações são publicadas, enquanto 34% (176) estão em análises, como pode ser verificado no gráfico 1. Observa-se que tudo isso é um processo pelo qual há um controle social de transparência dos serviços e alienações públicas, por exemplo.

Em outras palavras, uma forma como a administração pública pode conduzir com suas atividades junto com a sociedade (OSB, 2024).

**Gráfico 1** - Monitoramento de licitações do OSB em 2024



**Fonte:** Elaborado de acordo com as informações do OSB (2024).

Correlacionado com o que foi abordado anteriormente, Carrá e Lemos (2024) esclarecem que: monitorar as licitações, condiz como um procedimento formal que

em regra estabelece a transparência das contratações de serviços, aquisições, ou até mesmo, registros da administração pública direta ou indireta.

#### 4.2 Atuações dos OSB dos estados do Brasil

A seguir, as atividades do OSB dos estados do Brasil no ano de 2024, os quais promovem ações, planejamentos e projetos, que se estabelecem por meio de parcerias e voluntários para o melhor desempenho de acesso as informações e o combate aos atos ilícitos.

O quadro 4 apresenta algumas ações, planejamento e projetos de OSB do estado do Mato Grosso, onde se verificam dois projetos, que estão vinculadas as ações de Alto Rio do Tanque e Serra dos Alves.

**Quadro 4:** OSB de Mato Grosso, em 2024

ESTADO	AÇÕES	PLANEJAMENTO	PROJETOS
<b>Mato grosso</b>	Produziram relatórios, notas técnicas e levantamentos sobre as políticas socioambientais no estado.	Eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para o biênio de 2023-2025;	Gestão do Parque Natural Municipal do Alto Rio do Tanque
	Difundiu informações de qualidade para a sociedade.		Ações comunitárias na Serra dos Alves
	Acompanhou proposições e políticas públicas sobre meio ambiente, povos indígenas e comunidades tradicionais.	Encaminhamentos e planos para o próximo ano.	
	Realizou campanhas e mobilizações, conectados a organizações socioambientais em todo o país.	Planejamento para futuras ações do biênio 2023-2025.	
	Denunciou o Controle interno do MPMT.		
	Foi ao STF contra o “vale-peru” do TJMT.		
	Recebeu diversas denúncias feitas por médicos e servidores das UTIs sobre falha nas condições de trabalho, incluindo falta de equipamentos básicos para o enfrentamento à pandemia.		

Fonte: OSB/MT (2024).

Em 2024, o OSB de Mato Grosso que monitorou e fiscalizou com ações, planejamentos e projetos, exerceu seu papel, representando a sociedade civil, como



o combate à corrupção e má administração pública, o qual estabeleceu o controle social, adotando os direitos e garantias constitucionais, as quais atuaram com decisões que saram os problemas decorridos neste ano.

De acordo com Santana (2023), o monitoramento no setor público tem ganhado uma importância, que vem se destacando nos últimos anos, além de efetivar e legitimar o acesso do cidadão às informações governamentais para garantir a democracia com maior transparência.

O quadro 5 apresenta algumas ações, planejamento e projetos de OSB do estado do Tocantins, onde se verificam dois projetos, que estão no próprio território, trazendo principais objetivos para a melhoria da fiscalização dos órgãos públicos e práticas que disseminam no combate a violência contra as mulheres, bem como a implantação do projeto Escola Cidadania.

**Quadro 5:** OSB de Tocantins, em 2024

ESTADO	AÇÕES	PLANEJAMENTOS	PROJETOS
<b>Tocantins</b>	Realizou palestra de educação financeira ministrada por Eduardo Pessoa (Sistema OCB) na Escola Estadual Liberdade e que faz parte do Projeto de Educação Fiscal do OSB Palmas em parceria com o Grupo de Educação Fiscal do Estado e Sistema OCB.	Comitê de Sustentabilidade do Grupo Mulheres do Brasil - Palmas - comitê liderado pela ativista ambiental Eliane Touchtrop - busca-se ajudar a cooperativa de catadores em sua reestruturação.	Observatório de Violência Contra as Mulheres do Estado do Tocantins.
	Participou da 15ª Edição do Seminário de Governança Municipal para Prefeitos, Gestores e Contadores Públicos.	Lançamento da Implantação do Programa Nacional de Transparência Pública pelo TCE – TO.	Escola Cidadania.
	Participou do programa Opinião em Debate, apresentado pelo jornalista Marcão.		
	Realizou reunião, a fim de discutir a aplicação de inteligência artificial na análise dos dados da merenda escolar.		
	Monitorou os indicadores de transparência da Prefeitura de Palmas e divulga os resultados para a comunidade.		
	Fiscalizou as eleições de 2024.		

	Colaborou com uma Força-Tarefa que surgiu durante a pandemia, e está à frente de projetos inovadores que buscam fortalecer o controle social e a participação cidadã no acompanhamento das ações governamentais.		
--	--	--	--

Fonte: OSB/TO (2024).

O OSB de Tocantins tem um ponto crucial e bastante comum com os demais estados brasileiros, por monitorar de forma dinâmica e sistemática, o desempenho do setor específico de governo, tornando relevante registrar, coletar, interpretar e acompanhar informações, produzindo indicadores que consistem na transparência e monitoramento da gestão pública (Delicado; Ferrão, 2024).

Segundo Rodrigues; Oliveira (2024), os serviços dos OSB estão interligados a qualquer cidadão que tenha o interesse pela atuação desta instituição, logo, esses agentes contam com informações sistematizadas e estruturadas dos órgãos públicos dos estados, agindo de maneira inteligente e dinâmica, os quais buscam descobrir informações que compõem ao governo, elencando os pontos que mais lhes chamam atenção no que se refere a ilicitude.

O quadro 6 apresenta algumas ações, planejamento e projetos de OSB do estado do Bahia, os quais estão os Termos de cooperação e compromisso, o ConectaOBS, bem como os grupos com a temática elencada sobre o meio ambiente.

**Quadro 6:** OSB da Bahia, em 2024

ESTADO	AÇÕES	PLANEJAMENTOS	PROJETOS
Bahia	Recebeu em sua sede o 1º workshop Termo de Compromisso Social Ambiental (TCSA) vinculado ao empreendimento do Porto Sul.	Grupos de Trabalho nas temáticas de Meio Ambiente e Território; Turismo, Cultura e Patrimônio; Dinâmica Urbana e Mobilidade.	Projeto Composto em Ilhéus, idealizado pelo GAP - Grupo Amigos da Praia.
	Foi celebrado o Termo de Cooperação Técnica e Científico entre o Parque Científico e Tecnológico do Sul da Bahia (PCTsul) e a Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB).		Plano Diretor Participativo em ilheus500.com.br  Parque Científico e Tecnológico do Sul da Bahia em parceria com a Universidade Estadual de Santa Cruz.

	ConectaOBS: ep.1 - Painel de Monitoramento de Supressão de Vegetação.		
	ConectaOBS: ep.2 - Painel de Monitoramento Fluviométrico.		
	ConectaOBS: ep.3 - Painel de Monitoramento das Baleias-Jubarte.		
	OBS Day! Evento		
	Realizou pelo observatório social da Uesc, integração de novos membros do Conselho Consultivo do Observatório Social.		

Fonte: OSB/BA (2024).

O Observatório Social da Bahia tem sua sede em Santo Antônio de Jesus. Em 2024, o observatório alcançou a conclusão de metade das etapas de participação, que incluem projetos, ações e planejamentos. Esse progresso reflete o trabalho colaborativo dos cidadãos baianos, que se uniram em torno da importância dos processos de gestão pública, controle fiscal, educação e transparência.

Conforme Delicado; Ferrão (2024), a participação no controle social dos estados reflete nas políticas públicas governamentais, a qual promove a transparência, combate a corrupção e a qualidade na aplicação dos recursos, por meio da fiscalização e monitoramento dos serviços dos órgãos públicos.

O quadro 7 apresenta algumas ações e projetos de OSB do estado do Mato Grosso do Sul, trazendo fiscalizações na busca de transparência das cidades e monitoramento da prefeitura de Campo Grande. No entanto, neste estado não houve planejamento.

**Quadro 7:** OSB de Mato Grosso do Sul, em 2024

ESTADO	AÇÕES	PLANEJAMENTOS	PROJETOS
<b>Mato Grosso do Sul</b>	Observatório em ação. Reunião com a UFMS Educação fiscal.	Não foi encontrado nenhum planejamento.	O projeto que tem por objeto a aplicação do ITGP (Índice de Transparência e Governança Pública) busca resultados de avaliação de transparência nas cidades brasileiras.
	Fiscalização das eleições.		
	Monitoramento da prefeitura de Campo Grande.		
	Capacitações.		

			Obras transparentes.
			Projeto Prevenir para Salvar.

Fonte: OSB/MS (2024).

O OSB em Mato Grosso do Sul apresenta diversos elementos que foram desenvolvidos em 2024, merecendo alguns pontos de atenção nos quais estabeleceu a transparência e o compromisso com a ética, dentro da autonomia e atuação dos serviços apartidários dos voluntariados que consistiram pela busca da excelência e o controle social da gestão pública.

Para Carrá; Lemos (2024), a importância do OSB em colaborar com as atividades da gestão pública, transparência, educação fiscal e o controle social residem na participação que envolve a questão social, contribuindo para uma cidadania melhor que busca a defesa dos direitos e condições melhores para a sociedade civil, isto é, uma mobilização nas políticas inclusivas de defesa da justiça social no Brasil.

O quadro 8 apresenta algumas ações, planejamento e projetos de OSB do estado do Distrito Federal, o qual traz um conjunto de atividades envolvendo seus órgãos, participações, campanhas e programas.

**Quadro 8:** OSB do Distrito Federal, em 2024

ESTADO	AÇÕES	PLANEJAMENTOS	PROJETOS
	Convocou Assembleia Geral Eleitoral do OSBrasília, para definir a Diretoria e Conselho Fiscal com mandato entre 21 de dezembro de 2023 e 20 de dezembro de 2025.	O Observatório Social de Brasília oficiou o Governo do Distrito Federal por meio da Secretaria de Obras, cobrando melhor planejamento na execução das atuais obras viárias em curso no DF.	Programa Observa TC.
	OSBrasília e Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Distrito Federal (Sindical), estiveram reunidos para tratar de assuntos convergentes entre as duas entidades, no que diz respeito à transparência e ao controle social.	Planejamento das atuais obras viárias no Distrito Federal, o OSBrasília oficiou o GDF para que se atente para a necessidade de minimizar os transtornos causados por obras simultâneas no trânsito.	Campanha de Final de Ano do Observatório Social de Brasília (OSBrasília).
	Divulgou a lista completa de telefones da Secretaria		Projeto de Lei Popular Câmara Mais Barata.

<b>Distrito Federal</b>	de Saúde do Distrito Federal, com centenas de contatos de setores administrativos, unidades de saúde e núcleos regionais, entre outros.	O Observatório Social de Brasília (OSBrasília) na Divisão de Planejamento do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), iniciando articulações para atuação colaborativa junto aquele Tribunal no que diz respeito ao exercício do Controle Social e Transparência.
	Participou do 1º Fórum de Controle Social de Gastos Públicos promovidos pela Comissão de Controle de Gastos Públicos da OAB/DF.	
	Realizou Oficina para jovens estudantes (em sua maioria) do Instituto Federal de Brasília (IFB), em incentivo ao exercício do controle social.	
	Manifestou-se a respeito do projeto de lei, de iniciativa do poder executivo, aprovado pela Câmara Legislativa do DF, criando benefícios para ex-governadores do DF.	
	Ação conjunta do Observatório Social de Brasília e Instituto de Fiscalização e Controle (IFC).	

Fonte: OSB/DF (2024).

O OSB de Brasília, está interligado a uma associação civil apartidária, sem fins lucrativos, a qual é formada por cidadãos voluntários, para fins promover o controle social e a transparência dos gastos públicos no Distrito Federal.

As ações do OSB de Brasília se constituem na participação de projetos, visando à diminuição das despesas, acompanhamento dos empregos dos políticos, contratos administrativos (licitações, dispensa), conselhos temáticos, alimentação escolar e Fundo Distrital de Combate à Corrupção, entre outras atividades.

Alves (2024) explica que, os OSB promovem a sua participação em campanhas, estabelecendo a transparência, educação fiscal e a cidadania ativa, trazendo suas conquistas com seus trabalhos incansáveis dos voluntários e colaboradores dessas instituições. Além disso, suas atividades consistem em planejamentos na execução dos serviços nos gastos públicos, palestras temáticas como o controle social junto com as demais instituições governamentais dos estados brasileiros.

O quadro 9 apresenta algumas ações, planejamento e projetos de OSB do estado de Minas Gerais, envolvendo participações populares e fórum na questão política, assim como o Combate à pobreza, o qual salienta que em 2024 não houve nenhum plano aberto.

**Quadro 9:** OSB de Minas Gerais, em 2024

ESTADO	AÇÕES	PLANEJAMENTOS	PROJETOS
Minas Gerais	Convocou população para participar da audiência pública e questionar os gastos da cidade de Minas Gerais.	Não apresentou nenhum planejamento no sistema.	Combate à pobreza
	Participou do América Aberta 2024.		
	Fórum Brasileiro de Participação Social.		
	Participou da comissão de transição política.		

Fonte: OSB/MG (2024).

O OSB de Minas Gerais apresentou poucas informações sobre suas ações e projetos, mostrando também sua falta de planejamento em 2024. Logo, o acesso à informação se destaca com iniciativas que conecta pessoas na transformação dos desafios para soluções. Esta instituição tem como finalidade de promover a melhoria da transparência dos atos governamentais como os demais observatórios, ajudando a definir o destino dos recursos públicos recuperados pelos desvios ilícitos.

De acordo com Albuquerque *et. al.* (2024), o ritmo de trabalho do OSB dos estados brasileiros, diante da visibilidade do Brasil, se destaca num ato expressivo, em defesa de maior transparência e controle social no país. É importante lembrar que, essas manifestações estabelecem uma união entre os núcleos municipais e a valorização institucional, em face das tarefas dos órgãos públicos que compete cada território.

O quadro 10 apresenta algumas ações, planejamento e projetos de OSB do estado de São Paulo, promovendo monitoramento, prevenções, fiscalizações e acompanhamento nas obras públicas, além de fomentar a participação do cidadão para um foco variado no controle social. Quando se refere aos programas, tem-se os Núcleos de Convivência do Idoso, salientando nenhum plano durante 2024.

**Quadro 10:** OSB de São Paulo, em 2024

ESTADO	AÇÕES	PLANEJAMENTOS	PROJETOS
São Paulo	Monitorou a transparência dos gastos públicos em São Paulo.	Não apresentou nenhum planejamento no sistema.	Projeto de Monitoramento de Licitações
	Realizou prevenção de corrupção nas administrações municipais.		Projeto de Monitoramento do Legislativo
	Acompanhou e fiscalizou obras públicas.		Programa Núcleos de Convivência do Idoso
	Fomentou a educação fiscal e ao engajamento cívico dos cidadãos.		
	Promoveu supervisão e melhoria de processos em compras governamentais.		
	Promoveu observação e análise das atividades do Legislativo Municipal de São Paulo.		
	Fortaleceu a participação cidadã na gestão pública, com foco em voluntariado e comunidade.		

Fonte: OSB/SP (2024).

O OSB de São Paulo, constitui como uma associação civil sem fins lucrativos como os demais observatórios brasileiros, o qual se compromete com a promoção da transparência, cidadania ativa e controle social, por meio de uma metodologia baseada em informações rigorosas, que garante a responsabilidade e a eficiência da gestão pública, para fins de beneficiar do cidadão. Esta instituição possui uma parceria com 50 entidades que se mantem em 130 municípios, trazendo um conjunto de procedimentos e orientações que atuam neste estado (OSB/SP, 2024).

Segundo Carrá; Lemos (2024), o processo de comunicação do OSB com a opinião pública, aprimora os conteúdos padronizado devido o fomento da comunicação da sociedade civil com as informações transparentes, a partir da troca de experiências, bem como, o empenho dos voluntários ou colaboradores que trazem esse reconhecimento que promove os programas educativos de conscientização para a população que, cada vez mais, incentiva o monitoramento e fiscalização na aplicação dos recursos que são arrecadados no país.

O quadro 11 apresenta algumas ações, planejamento e projetos de OSB do estado de Rio de Janeiro, trazendo avaliações, divulgações, colaborações e interações, não havendo nenhum plano durante 2024, e quando se refere aos

programas tem-se o combate à fome e a pobreza como principal importância para este território.

**Quadro 11:** OSB de Rio de Janeiro, em 2024

ESTADO	AÇÕES	PLANEJAMENTOS	PROJETOS
Rio de Janeiro	Avaliou as licitações e atos públicos que envolveram as despesas e investimentos financeiros e suas implicações.	Não apresentou nenhum planejamento no sistema.	Combate à Fome  Combate a Pobreza
	Divulgou edital de licitações públicas dos órgãos do município do Rio de Janeiro.		
	Colaborou com a SEAERJ na divulgação de atividades e eventos em favor da transparência e da correta aplicação de recursos públicos.		
	Interagiu e participou em iniciativas da SEAERJ que englobou as ações de interesse do OSB.		

Fonte: OSB/RJ (2024).

Os relevantes serviços realizados pelo OSB do Rio de Janeiro, em prol da comunidade local por meio das ações de vigilância e controle social, contribuem para a transparência e melhoria da qualidade da aplicação dos recursos públicos. Os atos de mobilização acerca dos gastos firmam o presente compromisso no Termo de Cooperação com parcerias que se compromete em apoiar institucionalmente, o trabalho deste observatório, oferecendo palestras, reuniões, eventos, dentre outros (OSB/RJ, 2024).

Conforme Santana (2023), é importante o trabalho do OSB, por trazer reflexões sobre as políticas públicas no Brasil, assim como, os recursos aplicados em cada município e estados, considerando as necessidades desses territórios, como educação, saúde, assistência social, segurança, moradia, entre outras necessidades.

Há de salientar que refletir acerca do que foi abordado anteriormente, é o OSB pode contribuir na identificação das prioridades em defesa dos investimentos que atendem às demandas da população brasileira.

O quadro 12 apresenta algumas ações, planejamento e projetos de OSB do estado de Paraná, mostra os monitoramentos, inventários realizados e os diagnósticos da transparência. Em relação aos planos de 2024, sucedeu-se em



parcerias, concursos, cidadania, apoios e dinamização da cidadania fiscal, quanto ao programa foi somente um realizado.

**Quadro 12:** OSB de Paraná, em 2024

ESTADO	AÇÕES	PLANEJAMENTOS	PROJETOS
Paraná	Realizou monitoramento das licitações do Executivo e Legislativo	Parcerias com Instituições de Ensino e outras Entidades.	Escola cidadania.
	Realizou monitoramento da execução orçamentária do Executivo e Legislativa.	Concurso de Redação e Projetos.	
	Realizou inventário Recursos Humanos no Executivo e Legislativo.	Semana da Cidadania Pesquisa sobre cidadania.	
	Realizou inventário da Frota do Executivo e Legislativo.	Dinamizando a Cidadania Fiscal.	
	Realizou inventário dos prédios públicos Municipais.	Parcerias com Entidades de Classe.	
	Realizou diagnóstico dos Almojarifados.	Apoio aos Conselhos Municipais.	
	Realizou diagnóstico das transferências voluntárias.		
	Realizou diagnóstico dos Portais da Transparência.		
	Realizou diagnóstico da Merenda Escolar.		
	Realizou monitoramento das diárias.		
	Realizou monitoramento da produção legislativa.		
	Realizou monitoramento dos processos judiciais contra órgãos públicos e ou gestores.		

Fonte: OSB/PR (2024).

O OSB de Paraná organiza assegurando uma metodologia padronizada presente no estado, trabalhando com voluntários pela justiça social, em 35 municípios que constitui um grande impacto na política pública territorial (OSB/PR, 2024). Esta instituição padroniza as ações por meio de monitoramento das licitações e da gestão pública, estabelecendo um trabalho consolidado nível estadual.

Para Delicado; Ferrão (2024), o OSB promove um trabalho de fiscalização de licitações constituindo um resultado de economia estadual. Isto é uma ação preventiva

e estabelece uma metodologia técnica, interligada com parcerias sem fins lucrativos, proporcionando à sociedade civil oportunidades de coesão social, por meio da transparência da gestão e seus recursos públicos.

O quadro 13 apresenta algumas ações, planejamento e projetos de OSB do estado do Brasil, inclui uma forma geral de todos seus estados, trazendo prevenção a corrupção, atividades paralelas, entre outras informações importantes que envolvem o interesse da sociedade. Na questão de planos durante 2024, teve a fiscalização das eleições, quanto aos programas se decorreram na Escola Cidadania, Observador Mirim, Força Tarefa Cidadã e o Giro OSB.

**Quadro 13:** OSB do Brasil, em 2024

<b>AÇÕES</b>	<b>PLANEJAMENTO</b>	<b>PROJETOS</b>
Prevenção à Corrupção	Definição de Política relativa à conduta em anos eleitorais e cartilha explicativa.	Escola cidadania
Conflito de Interesses		Programa Observador Mirim
Recebimento de Doações, Brindes, Presentes e Hospitalidades.	Eleição novos membros comitê de Compliance.	Força Tarefa Cidadã
Atividades Paralelas		Giro OSB
Informações Confidenciais		
Segurança da Informação e Redes Sociais		
Informações Financeiras e Contábeis.		

**Fonte:** OSB/MT (2024).

Portanto, observou-se que o propósito dos OSB é sistematizar os observatórios dos estados com foco nas iniciativas que implicitamente incorpora na busca dos problemas e ações que estão associadas no combate a corrupção e estabelecer a transparência do governo, frente à participação voluntário para consolidar as estratégias participativas e sem fins lucrativos.

#### 4.3 Ações comuns dos OSB dos estados do Brasil

Nesta seção serão apresentadas as ações comuns dos OSB dos estados do Brasil do ano de 2024, levando em consideração os objetivos dos OSB em melhoria

da pobreza, diminuição da criminalidade contra a mulher em Tocantins, promover maior transparência em Mato Grosso do Sul.

**Quadro 14:** Projetos do OSB de alguns estados brasileiros, em 2024

OBJETIVOS DO OSB	ESTADO OSB	PROJETO
Melhoria da gestão pública: qualidade na aplicação dos recursos públicos e transparência	Tocantins	Observatório de Violência Contra as Mulheres do Estado do Tocantins.  Escola Cidadania.
	Bahia	Projeto Composto em Ilhéus, idealizado pelo GAP - Grupo Amigos da Praia.
	Mato Grosso do Sul	O projeto que tem por objeto a aplicação do ITGP (Índice de Transparência e Governança Pública) busca resultados de avaliação de transparência nas cidades brasileiras.
	Minas Gerais	Combate à pobreza
	São Paulo	Projeto de Monitoramento do Legislativo
Contribuiu e/ou criou indicadores da gestão pública	Tocantins	Contribuiu com a gestão, realizando planejamentos e ações.
	Bahia	Criou termos de cooperação, promovendo indicadores que ajudaram a gestão pública.
	Mato Grosso do Sul	Contribuiu com a gestão, realizando monitoramento e fiscalizações, bem como projetos.
	Minas Gerais	Contribuiu com a gestão pública realizando palestras sobre as transparências, e criou somente um projeto.
	São Paulo	Contribuiu com a gestão pública com ações, monitoramentos e fiscalizações, e criou alguns projetos em face da população.

Fonte: OBS (2024).

#### 4.4 Dificuldades dos OSB

Buscou-se verificar quais as dificuldades dos OSB, de acordo com o estudo de Delicado e Ferrão (2024), consistem em:

1. Encontrar voluntários que tenham o objetivo de trabalhar no auxílio ao interesse público, na captação de recursos para manter os observatórios;
2. Ausência de cooperação de alguns órgãos públicos que não fornecem suporte para analisar as irregularidades;
3. Burocracias por parte da gestão e dos próprios setores;
4. Falta de transparência dos poderes executivos e legislativos, e
5. Dificuldade de interpretar e encontrar as informações geradas pelo portal Transparência que deveria demonstrar de maneira clara e de fácil acesso toda movimentação econômica dos estados, municípios e União

Os OSB promovem o controle social ao fornecer informações que garantem a transparência, apoiados pelos órgãos responsáveis. No entanto, desafios e dificuldades são constantes, especialmente no que diz respeito às irregularidades ou à falta de cooperação por parte dos voluntários. (Delicado; Ferrão, 2024).

## 5 CONCLUSÃO

A presente trabalho teve como objetivo identificar as contribuições dos Observatórios Sociais do Brasil (OSB) nas atividades de controle social. Observou-se que, embora as formas de controle social no Brasil não possuam um amparo legal específico, os OSBs funcionam como espaços democráticos e apartidários que reúnem entidades de todo o país. Esses observatórios representam um exercício de cidadania, onde a sociedade se mobiliza em prol da melhoria da gestão pública. Além disso, constatou-se a participação de uma diversidade de pessoas jurídicas e físicas, todas engajadas na promoção da transparência dos recursos públicos e na oferta de outros serviços essenciais.

Ao longo da análise, constatou-se que os OSB contribuem para o controle social de diversas maneiras, destacando-se o monitoramento e a fiscalização da gestão pública, produção e disseminação de informações, o engajamento e a mobilização da cidadania e a proposição de melhorias e influência em políticas públicas. Outrossim, no Brasil, a Constituição Federal de 1988 é o principal pilar do controle social, assegurando diversos mecanismos para a participação da sociedade nas esferas política e administrativa.

Refletindo a relevância dos trabalhos sociais e a captação de recursos para as Organizações Não-Governamentais (ONGs), identificou-se a importância de estratégias fundamentais para a sustentabilidade dos Observatórios Sociais do Brasil (OSB) e a qualidade dos serviços oferecidos por essas instituições em todo o país. É essencial que ações, planejamentos e novos projetos sejam ampliados com o objetivo de aprimorar as estratégias de captação de recursos, garantindo assim o crescimento e a continuidade das atividades, além de promover a transparência governamental.

Dessa forma, observa-se que a metodologia e a caracterização dos Observatórios Sociais do Brasil funcionam como pessoas jurídicas, desempenhando um trabalho técnico adjutório. Sua abordagem inclui o monitoramento dos recursos públicos em nível municipal, abrangendo desde a gestão até as licitações. Além disso, suas ações preventivas no controle social promovem a educação fiscal, especialmente voltada para micro e pequenas empresas durante os processos licitatórios, entre outras atividades.

Ao analisar os Observatórios Sociais do Brasil no contexto do controle social, compreende-se que eles atuam como instrumentos fundamentais na administração

pública nas esferas federal, estadual, distrital e municipal. Esses observatórios promovem a responsabilidade, o acesso e a transparência das informações, sempre em prol do interesse coletivo e do bem comum.

Conforme mencionado, constatou-se que os Observatórios Sociais do Brasil (OSB) desempenham um papel importante no controle social, promovendo a transparência dos gastos públicos por meio de ações de fiscalização e monitoramento. Eles estabelecem um exercício da cidadania de forma apartidária e democrática, reunindo entidades representativas de todos os estados brasileiros com o objetivo de contribuir para a melhoria da gestão pública.

Ademais, notou-se que OSB é uma instituição sem fins lucrativos e não governamental, que dissemina uma rede de observatórios em alguns estados e municípios, objetivando o combate à corrupção da gestão pública no Brasil. Assim, percebe-se que a sociedade civil voluntária estabelece um controle social aparado pela lei, que é propulsora de uma cidadania com um comprometimento de justiça, ética de uma visão de longo prazo em face dos gastos do governo.

Constatou-se neste trabalho, que os OSB contribuem para o controle social dos gastos públicos, pois os 17 estados possuem 24 projetos. Onde 06 projetos versão sobre meio ambiente/sustentabilidade (Projeto Composto em Ilhéus, idealizado pelo GAP - Grupo Amigos da Praia, Plano Diretor Participativo em [ilheus500.com.br](http://ilheus500.com.br), Parque Científico e Tecnológico do Sul da Bahia em parceria com a Universidade Estadual de Santa Cruz, Ações comunitárias na Serra dos Alves, Gestão do Parque Natural Municipal do Alto Rio do Tanque).

Contudo, ao se referir às informações ou pesquisas, é difícil encontrar dados específicos e individualizados de cada estado ou município. Assim, embora a importância dessas iniciativas seja inquestionável, é necessário expandir a divulgação de informações para que mais cidadãos tenham acesso ao conhecimento sobre os serviços sistemáticos que podem impactar o país em diferentes contextos.

A principal limitação deste estudo está relacionada à discussão, na qual o leitor é conscientizado sobre a necessidade de mais pesquisas. As limitações envolvem a identificação de lacunas nas informações disponíveis sobre o tema, o que impede uma maior exposição e desenvolvimento de futuras investigações. Esse fator abre possibilidades para outros pesquisadores, mas também é importante destacar que tais restrições contribuíram para deficiências significativas que comprometeram a integridade e a qualidade do trabalho.

Portanto, sugiro a continuidade desta pesquisa por futuros estudiosos, com o objetivo de aprofundar o entendimento sobre este tema, que ainda possui uma abrangência limitada e é pouco conhecido.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Júlio Augusto Enders de *et. al.* A visualização da informação nos observatórios de informação das Federações da Indústria do Brasil. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, RN, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 1-18, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/34745>. Acesso em: 28 fev. 2025.

ALVES, Doralice Veiga. Formação ecológica em serviço social: uma alternativa sintonizada com as exigências da atualidade. **Caderno Pedagógico**, 21(4), e3929, 2024. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/3929>. Acesso em: 28 fev. 2025.

CARRÁ, Bruno Leonardo Câmara; LEMOS, Lívia Oliveira. O *private enforcement* como paradigma de controle social da concorrência: sua potencialidade no ordenamento jurídico brasileiro após a Lei nº 14.470/2022. **Revista de Informação Legislativa: RIL**, Brasília, DF, v. 61, n. 241, p. 117-138, jan./mar. 2024. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/61/241/ril\\_v61\\_n241\\_p117](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/61/241/ril_v61_n241_p117). Acesso em: 28 fev. 2025.

DE BONA, Rodrigo da Silva; BOEIRA, Sérgio Luís. Observatório Social do Brasil e os desafios organizacionais do controle social. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 23, n. 75, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/73946>. Acesso em: 18 maio. 2024.

CARVALHO, Luis Osete Ribeiro *et. al.* **Metodologia científica**: teoria e aplicação na educação à distância. Petrolina: Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2019. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://portais.univasf.edu.br/dacc/noticias/livro-univasf/metodologia-cientifica-teoria-e-aplicacao-na-educacao-a-distancia.pdf>. Acesso em: 18 maio. 2024.

CORREIA, Maria Valéria Costa. **Controle social**. 2009. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/consoc.html#topo>. Acesso em: 21 set. 2024.

DELICADO, Ana; FERRÃO, João. **Portugal social em mudança**: 50 anos do 25 de abril. Lisboa – Portugal: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2024. Disponível em: [https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/65220?locale=pt\\_PT](https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/65220?locale=pt_PT). Acesso em: 18 maio. 2024.

DI MARCO, Cláudio Augusto Ferreira; TERCI, Eliana Tadeu. Transparência municipal e controle social: a visão dos Observatórios Sociais sobre os portais de transparência e acesso à informação. **Rev. Interações**, Campo Grande, MS, v. 23, n. 2, p. 313-330, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/byG7XjncXBgvkxMGpkmrvvgK/>. Acesso em: 18 maio. 2024.



GOULART, Jeferson Lopes; TROIAN, Alessandra; QUISPE, Jordy Navarrete. Observatórios Sociais e sua Importância para a Gestão Pública na Região Sul do Brasil. **Editora Unijuí**, Ano 18, n. 51, p. 113-128, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/8463>. Acesso em: 18 maio. 2024.

KAUARK, Fabiana; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa**. Itabuna: Via Litterarum, 2010. Disponível em: [https://issuu.com/apogeu/docs/metodologia\\_da\\_pesquisa-guia\\_pr\\_\\_ti](https://issuu.com/apogeu/docs/metodologia_da_pesquisa-guia_pr__ti). Acesso em: 18 maio. 2024.

MAGALHÃES, Maria Clara Carvalho. Observatório social do Brasil como prática de *accountability* e controle social: Um estudo de caso em um município baiano. **Revista Formadores**, 16(1), Cachoeira, BA, p. 47-60, 2023. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/378917693\\_observatorio\\_social\\_do\\_brasil\\_como\\_pratica\\_de\\_accountability\\_e\\_controle\\_social\\_um\\_estudo\\_de\\_caso\\_em\\_um\\_municipio\\_baiano](https://www.researchgate.net/publication/378917693_observatorio_social_do_brasil_como_pratica_de_accountability_e_controle_social_um_estudo_de_caso_em_um_municipio_baiano). Acesso em: 18 maio. 2024.

MARCONDES, Mariana Mazzini *et. al.* Observatórios sociais e desigualdades no Brasil: uma análise exploratória e descritiva. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, Vol. 27, n. 86, Jan-Abr, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/82951>. Acesso em: 18 maio. 2024.

MIRANDA, Rodrigo Fontenelle de Araújo. Controle social: mecanismos para a sociedade exercer o controle cidadão. **Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais**, p. 1- 26, 2021. Disponível em: <https://cge.mg.gov.br>. Acesso em: 18 maio. 2024.

KRAKOWIAK, Sérgio; SEIXAS, Renato N. L. O Efeito dos Observatórios Sociais no Desempenho Fiscal dos Municípios Brasileiros: Análise do Período 2013-2019 utilizando Pareamento por Escore de Propensão e Diferença-em-Diferenças. **Universidade da Califórnia**, Berkeley, p. 1-20, 2022. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcgiclfndmkaj/https://www.anpec.org.br/sul/2024/submissao/files\\_/i2-388713493c447dd3ce84a047808ff6d7.pdf](chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcgiclfndmkaj/https://www.anpec.org.br/sul/2024/submissao/files_/i2-388713493c447dd3ce84a047808ff6d7.pdf). Acesso em: 18 maio. 2024.

OSB. **Observatório Social do Brasil**. 2024. Disponível em: <https://osbrasil.org.br/o-que-e-o-observatorio-social-do-brasil-osb/>. Acesso em: 25 set. 2024.

OBS/MT. **Observatório Social de Mato Grosso**. Disponível em: <https://observatoriosocialmt.org/>. Acesso em: 02 de fev. 2025.

OBS/DF. **Observatório Social do Distrito Federal em Brasília**. Disponível em: <https://osbrasil.org.br/tag/distrito-federal/>. Acesso em: 02 de fev. 2025.

OBS/MG. **Observatório Social de Minas Gerais em Belo Horizonte**. Disponível em: <https://www.osbparademinas.org.br/>. Acesso em: 02 de fev. 2025.

OBS/PR. **Observatório Social do Paraná em Curitiba**. Disponível em: <https://curitiba.osbrasil.org.br/>. Acesso em: 02 de fev. 2025.

OBS/BA. **Observatório Social da Bahia em Santo Antônio de Jesus**. Disponível em: <https://santoantoniodedejesus.osbrasil.org.br/>. Acesso em: 02 de fev. 2025.

OBS/TO. **Observatório Social de Tocantins em Palmas**. Disponível em: <https://palmas-to.osbrasil.org.br/>. Acesso em: 02 de fev. 2025.

OBS/SP. **Observatório Social de São Paulo**. Disponível em: <https://www.osb-saopaulo.org.br/capacitacao/>. Acesso em: 02 de fev. 2025.

OBS/MS. **Observatório Social de Mato Grosso do Sul em Campo Grande**. Disponível em: <https://campogrande.osbrasil.org.br/documentos-2/>. Acesso em: 02 de fev. 2025.

OBS/RJ. **Observatório Social do Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://seaerj.org.br/observatorio-social-do-brasil/>. Acesso em: 02 de fev. 2025.

PÉREZ, Lisandra Guerrero. **Modelo de valor agregado: uma análise nos serviços de informação dos observatórios sociais da Comunidade Ibero-Americana de Nações**. 279f. 2021. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/36903>. Acesso em: 02 de fev. 2025.

RODRIGUES, Jesiéli Santana; OLIVEIRA, Juliana Alves Nogueira de; OLIVEIRA, Carlyle Tadeu Falcão de. Controle social da administração pública no Brasil: perspectivas e desafios. **Revista Instituto de Políticas Públicas de Marília**, v. 10, p. 1-14, 2024. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/379788376\\_Control\\_Social\\_da\\_Administracao\\_Publica\\_no\\_Brasil\\_perspectivas\\_e\\_desafios](https://www.researchgate.net/publication/379788376_Control_Social_da_Administracao_Publica_no_Brasil_perspectivas_e_desafios). Acesso em: 02 de fev. 2025.

SANTANA, Luisa Andrielly de Souza. **Benefícios financeiros e não financeiros na atuação dos Observatórios Sociais na região Sul**. 20 p. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão Pública). Santana do Livramento: Universidade Federal do Pampa, 2023. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/8921/1/TCC\\_VERSAO\\_FINAL\\_\\_\\_Luisa\\_Andrielly\\_De\\_Souza\\_Santana.pdf](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/8921/1/TCC_VERSAO_FINAL___Luisa_Andrielly_De_Souza_Santana.pdf). Acesso em: 02 de fev. 2025.

BITTENCOURT, Sidney. **Licitações Públicas para Concursos**. Série Provas e Concursos. Rio de Janeiro. Ed. Elsevier, 2012.

SILVA, Rodrigo de Bona da *et. al.* **Controle social e cidadania**. Brasília: Fundação Escola Nacional de Administração Pública, 2015. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2717>. Acesso em: 02 de fev. 2025.

SOUZA, Mariana Espíndola de; BLANCHET, Luiz Alberto; RIOS, Rodrigo Sanchez. O acesso à informação e o controle social nas empresas estatais: entre a transparência e o segredo. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 16, n. 46, p. 62–80, 2023. Disponível em:

<https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/2277>. Acesso em: 02 de fev. 2025.

ZANETTI, Jovana; BONZANINI, Osmar Antônio; FERREIRA, Marcelo Marchine. Transparência e controle social na era da informação: atuação e contribuições dos observatórios sociais no Brasil. **Revista de Tecnologias, Informação e Comunicação**, 1(1), 15–26, 2020. Disponível em:

<https://revistas.ponteditora.org/index.php/rtic/article/view/244>. Acesso em: 02 de fev. 2025.